

ROSEMIRO PEREIRA LEAL

Processo *como* Teoria da Lei *Democrática*

 EDITORA
Fórum

2ª edição

Este ensaio, com o título *Processo como Teoria da Lei Democrática*, pretende suscitar uma contemporânea discussão sobre o princípio da legalidade, sem o qual não nos seria possível pensar o Estado de Direito e, a partir deste, conjecturarmos o Estado Democrático. É certo que o princípio da legalidade, embora insuscetível à fungibilidade (flexibilidade) como pressuposto da existência jurídica formalizada, vem arrastando, por séculos, em seus conteúdos normativos, imperatividades interditivas de garantias de uma compreensão e fruição do direito igualmente para todos os integrantes da comunidade jurídica constitucionalizada. É essa armadilha ínsita à esfera lógico-jurídica da construção das LEIS que torna o direito um lugar eternamente perverso que, por artimanhas interpretativas, encobre (mascara) as monstruosidades insolentes, mítico-utópicas, ditas harmônicas e independentes entre si, dos arcaicos e tão modernos e soberanos poderes legislativo, executivo e judiciário (misto de Weber-Schmitt-Kelsen). Portanto, se não desenvolvermos uma TEORIA DA LEI, para sabermos qual direito (normatividade) estamos produzindo e praticando, nunca saberemos se estamos construindo uma sociedade democrática ou homologando uma horda totêmica de canibais dissimulados em civilizações avançadas. Esse enigma (tabu) tão utilitariamente preservado é que nos propusemos enfrentar.

Autor
Rosemiro Pereira Leal

PROCESSO COMO TEORIA DA LEI DEMOCRÁTICA

Área específica
Direito Processual Civil.

Áreas afins
Constitucional, Administrativo, Direito Processual Civil e Penal, Direitos Humanos, Civil, Econômico, Eleitoral, Empresarial, Trabalhista.

Público-alvo/consumidores
Professores de Direito, advogados, estudantes, pareceristas, consultores jurídicos, magistrados, assessores administrativos em geral.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001057

L435p

Leal, Rosemiro Pereira

Processo como teoria da lei democrática / Rosemiro Pereira Leal. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

342 p.

ISBN 978-85-450-0191-1

1. Filosofia do direito. 2. Teoria do Estado. 3. Lógica jurídica. 4. Direito processual. 5. Direito constitucional. I. Título.

CDD: 340.1

CDU: 340.12

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

LEAL, Rosemiro Pereira. Processo como teoria da lei democrática. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 342 p. ISBN 978-85-450-0191-1.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
CAPÍTULO I	
Estado, Sociedade, Linguagem e Processo.....	19
1 Introdução.....	19
2 Mercado-Estado, progresso e esfera pública	27
3 Crítica e racionalidade	31
4 Lei imanente e o mito baconiano	38
5 Mito do contexto, integração social e sociedade Pressuposta	40
CAPÍTULO II	
Sequelas Míticas do Poder Constituinte Originário	59
6 O horizonte mítico dos direitos materiais	59
7 O sincretismo fatal dos positivistas	61
8 Processo e linguagem em Popper	65
9 Polemização processual da legitimidade do direito	68
10 Desprocessualização do direito no estado telemático	73
CAPÍTULO III	
Ideia de Lei e Teoria da Lei	77
11 Teoria da lei jurídica	77
12 O homem e a lei	81
13 A lei e o legislador	100
14 A lei ordálica	103
CAPÍTULO IV	
A Violência da Parlamentarização da Lei	113
15 A relação entre direito e violência	113
16 Leis e lei legislada	126
17 A origem da lei em sentido estrito	127
18 O princípio da legalidade como ideologia	142

CAPÍTULO V	
Legalidade e Direito	153
19 Princípio da legalidade e juízos de direito	153
20 O paradigma despótico na dogmática jurídica	161
21 Lógicas das leis e estado de direito democrático	178
22 Direito, lei e norma	183
CAPÍTULO VI	
Direito e Método	199
23 Racionalidade jurídica como método crítico	199
24 Teoria metodológica e refutação crítica	201
25 A grande ciência e a intervenção crítica	203
26 A dogmática jurídica como busca compulsiva de infalibilidade	208
27 A metalinguagem popperiana e a questão dos paradigmas	213
CAPÍTULO VII	
Teoria do Princípio e a Lógica na Demarcação Democrática	223
28 O princípio como norma jurídica teoricamente demarcada	223
29 A indissolubilidade homem-ciência e lei jurídica	226
30 A metalinguagem jurídico-exossomática e democracia	231
31 A universidade na trama das revoluções científicas	238
32 A razão contextualista da pragmática linguística	241
CAPÍTULO VIII	
Razão, decisão e refutabilidade	249
33 O dogma da inevitabilidade da autocontradição performativa	249
34 A questão da verdade e a lei jurídico-democrática	254
35 Teoria processual da significação da lei	259
36 A demarcação teórica da linguagem legal	269
37 O caráter devastador da doutrina jurídica	281
38 A persistência profética dos paradigmas da ciência grande	288
CAPÍTULO IX	
A Reforma do Organon da Linguagem Natural	295
39 Da ditadura axiológica ao pacto de sentido	295
40 Da ficção do pacto social à hipótese teórica do pacto signico	300
41 Normas coordenativas e normas existenciais da legalidade democrática	306
42 O modo equívoco do significado no positivismo jurídico	310
43 O mito do contexto e a tirania do culturalismo	312
CAPÍTULO X	
Lei Democrática e Discurso Jurídico	319
44 O texto do discurso e a isomenia interpretativa	319
Referências	335